

Senado discute controle mais rigoroso de Estados

BRASÍLIA — O Líder do Governo no Senado, Ney Maranhão (PRN-PE), apresentou ontem uma nova versão para a resolução do Senado que impõe maior rigor na contratação de dívidas por parte de Estados e municípios. Seu novo projeto tenta reunir as opiniões dos senadores e de assessores do Governo, estabelecendo como norma geral que os novos governadores e prefeitos escolherão se o endividamento será na proporção do que devem (sem considerar os juros) ou 20% de sua receita líquida, o que for maior.

Esta proposta, de conhecimento dos Secretários de Fazenda, será discutida na próxima segunda-feira, no gabinete do Senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), autor de um outro projeto de resolução. O líder do PSDB, no entanto, está dis-

posto a abrir mão das regras mais flexíveis (seu projeto permite um endividamento maior), para aderir ao Governo na intensificação do controle das crescentes dívidas de Estados e municípios.

O Secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, só aceitou uma das modificações apresentadas pelos parlamentares, incluída no novo projeto de Maranhão: que os pedidos sejam apresentados primeiro no Senado e depois dirigidos ao Banco Central, que terá dez dias para se pronunciar. O Líder do PRN justificou a mudança (pela resolução em vigor, os pedidos seriam apresentados inicialmente ao BC) como forma de evitar que "se um tecnocrata não gostar do Governo, coloque o projeto na gaveta".